



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

DESPACHO

Campinas, 13 de março de 2026.

Processo: HMMG.2026.00000914-08

Interessada: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar (REDE MÁTIO GATTI)

Assunto: TCESP – Sentença Contas 2024

À Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar
Sr. Presidente,

Vieram os autos para ciência da **Sentença (DOC 17860068)**, exarada pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)**, que julgou **REGULARES COM RESSALVAS** as contas dos gestores da RMG relativas ao exercício de 2024.

Dali depreende-se que a Corte de Contas segregou **as matérias que conduziram à ressalva das contas**, das **matérias relevadas** e **daquelas afastadas**, a conferir os trechos correspondentes:

Do que causa a ressalva



As seguintes falhas ressalvam estas contas:

- erros nos registros de precatórios (item B.3.2.1);
- divergência entre dados da Origem e o informado ao sistema Audesp (item D.2);
- provimento de cargos em comissão em desacordo com as hipóteses constitucionais (item B.9.3); e
- acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas (item B.9.4.2).

Do que deve ser relevado

Embora a ocorrência das falhas seja inafastável no plano fático, as circunstâncias abaixo expostas elidem a necessidade de aposição de ressalvas, razão pela qual relevo:

- o pagamento de horas suplementares a servidor ocupante de função gratificada por fragilidade sistêmica no controle de ponto (item B.9.1.1);
- as informações imprecisas e incompletas nos portais de transparência (item D.1);
- a utilização de convênios como mecanismo de transferência de recursos entre a Prefeitura e a Autarquia (item B.8.2);
- as notas baixas nos indicadores de planejamento (item A.3.2.1);
- as distorções na previsão de receitas (item B.2.1);
- o déficit orçamentário e a deterioração econômico-financeira (itens B.1.1 e B.1.2);
- o descumprimento das atividades desenvolvidas e metas físicas (Item A.3.1);
- a estrutura fragmentada do quadro de pessoal (item B.9.1)
- a dependência estrutural de contratos com entidades externas (item B.8.1);
- o absenteísmo elevado (item B.9.1.2); e
- as deficiências na gestão de bens patrimoniais e almoxarifado (itens B.7.1 e B.7.2).

Do que deve ser afastado

Afasto os seguintes apontamentos:

- divergência de R\$ 37 milhões entre os saldos contábeis e os relatórios físicos de bens patrimoniais (item B.7.1);
- omissão na prestação de contas de contratos com o terceiro setor (item B.8.1);
- falhas na execução do contrato nº H00042/2023 (item C.2); e
- descumprimento das recomendações deste Tribunal (item E.2).

Note-se que a **utilização de convênios como mecanismo de transferência de recursos entre a Prefeitura e a Autarquia** (item B.8.2) **NÃO CONSTITUIU MOTIVO PARA RESSALVA NAS CONTAS 2024 DA RMG**, porquanto restou relevada.

No entanto, ao final do relatório, o Excelentíssimo Auditor Conselheiro-Substituto **determinou, entre outras, ao atual gestor ou a quem lhe suceder que:**

- Continue atuando para eliminar a prática de celebrar convênios para o custeio de despesas ordinárias da Autarquia, providenciando, nas próximas peças orçamentárias, a previsão de transferências financeiras ou dotações orçamentárias diretas, garantindo a autonomia financeira da entidade nos termos da legislação vigente;

Em seguida, o ilustre Conselheiro **ADMITE O NÃO ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES, DESDE QUE JUSTIFICADO CIRCUNSTANCIADAMENTE**, por inviabilidade técnica ou legal ou por fato superveniente, e alerta que o descumprimento pode ensejar a reprovação de futuras contas e multa pecuniária ao responsável, nessas linhas:

Alerto que o não atendimento das determinações – por inviabilidade técnica, por inviabilidade legal ou por fato superveniente – deve ser justificado circunstanciadamente, pois eventual descumprimento ensejará a reprovação de futuras contas, impondo-se sanção pecuniária ao responsável, nos termos do § 1º do art. 33 c/c o inciso VI do art. 104, ambos da Lei Orgânica desta Corte (LOTCESP).

Ora, esta SMGC já teve a oportunidade de se debruçar sobre os apontamentos do TCESP, inclusive sobre a temática do Convênio entre a Administração Direta e Indireta (RMG) nos autos do HMMG.2025.00002159-99 (DOC 15955239), no intuito de subsidiar a defesa da autarquia perante o TCESP e, por consequência, do ente mantenedor, a Administração Direta Municipal.

No entanto, a defesa protocolizada, ao que tudo indica, não contemplou as conclusões alcançadas pela Prefeitura Municipal, conforme pode se constatar dos seguintes trechos do relatório:

A.3.2.1. I-PLANEJAMENTO (IEGM)

- O município obteve notas baixas nos indicadores de Planejamento (i-Plan), refletindo fragilidades estruturais na gestão da Rede Mário Gatti inclusive com ausência de previsão clara de transferências orçamentárias da Prefeitura.

Justificativas:

Não defendeu especificamente sobre este apontamento.

B.8.2. RECEBIDOS

- Utilização indevida de convênios entre a Prefeitura e a própria autarquia compromete a autonomia institucional da Rede Mário Gatti, tratando-a como entidade do Terceiro Setor, em afronta às normas de direito financeiro e administrativo;

Justificativas:

Alegou que “não possui instrumentos para, isoladamente, apresentar solução ao questionamento apresentado; contudo, informa que estão sendo conduzidas tratativas junto ao Município visando a adequação desta situação, com a discussão de formas pelas quais seria possível o implemento das características autárquicas bem como os necessários ajustes à formalização de contratualização em relação aos repasses SUS.”

A manifestação da SMGC demonstrou que diferentemente do alegado pelo TCESP, a LOA é clara a respeito das transferências à Rede Mário Gatti, como se pode depreender nas **12 folhas**, que especificam o Programa de Trabalho, a Natureza da despesa, a fonte de recurso e o código de aplicação para a Unidade Gestora 583000- Rede Mário Gatti. Tudo isso consta do **Suplemento à LOA 2024 (exercício examinado pelo TCESP)**, nas pp. 553/563 do link publicado em <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes-dom/suplementos/suplementoloaweb.pdf>.

Constatou-se que, no ano de 2024, os **recursos orçados para repasse, via leis orçamentárias sem prévio ajuste, à Rede Mário Gatti correspondem a aproximadamente 80% (R\$ 399.800.000,00), contra 20% dos recursos repassados via Convênio (R\$ 111.002.061,00),** instrumento questionado por representar a **subtração da autonomia da autarquia,** a conferir:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS				
0120 - Despesa da Prefeitura por Órgãos, conforme o Vínculo com os Recursos				
Versão: Projeto Ano Orçamento: 2024				
Gestão: Consolidado Administração Direta e Indireta				
Código	Órgão	Próprias	Vinculadas	Total
563300	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA - CAMPREV	0,00	1.719.800,00	1.719.800,00
573300	FUNDO DE PECÚLIO ESPECIAL - CAMPREV	0,00	1.850.000,00	1.850.000,00
583000	REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR	399.800.000,00	111.002.061,00	510.802.061,00
604000	FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA	70.000.000,00	145.903.000,00	215.903.000,00
614000	FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA	5.594.968,00	121.000,00	5.715.968,00
TOTAL GERAL:		6.234.216.898,00	3.105.569.102,00	9.339.786.000,00

Noutro giro, o aparente **tratamento como entidade de Terceiro Setor** restou justificado **pela ausência de regramento para tais repasses na Instrução Normativa nº 01/2024 do TCESP.** Isso porque os **repasses a órgãos públicos são disciplinados apenas para a Área Estadual e não para a Área Municipal.** Diante da **lacuna na IN nº 01/2024 do TCESP,** a Secretaria Municipal de Saúde utilizou por simetria a Seção V- Dos convênios celebrados com o Terceiro Setor.

Como **gestora única em âmbito municipal, compete à Secretaria Municipal de Saúde, organizar o do Sistema Único de Saúde (SUS),** inclusive em distritos, de forma a **integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde,** e, nos termos do art. 47-A da mesma Lei 8080, **controlar o registro das informações de regulação assistencial com envio obrigatório dos dados ao Ministério da Saúde,** condição *sine qua non* inclusive para obtenção de aumento de valores para o ente federativo.

Nesse norte, concluiu-se que **OS VALORES SUS FEDERAL E ESTADUAL À AUTARQUIA REDE MÁRIO GATTI DEVEM SER REPASSADOS PELO AJUSTE ADEQUADO, QUAL SEJA, O CONVÊNIO,** cuja formalização de Convênio, **considerada indevida e ilegal pela Procuradoria Jurídica da autarquia, tem sido corretamente mantida pela Municipalidade sempre com lastro em parecer jurídico da Procuradoria do Núcleo especializado de Contratos e Ajustes Públicos (NCAP) da Procuradoria Geral do Município (PGM),** à qual a Procuradoria da Rede e esta Procuradoria destacada na SMGC igualmente encontram-se tecnicamente vinculadas.

Para a celebração do convênio, restou ali consignado na manifestação desta Pasta, que a Administração Direta deve **cuidar para que o controle exercido no SUS Municipal NÃO SUPRIMA A NECESSÁRIA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA REDE MÁRIO GATTI, autarquia 100% SUS,** responsável por pronto-atendimento de portas abertas de demanda espontânea e referenciada e, para tanto, deve afastar a **aplicação de glosas, que**

suprimam pagamento de serviços efetivamente executados, bem como o **controle do Comitê Gestor** sobre as atividades da autarquia, o qual **não deve ter qualquer ingerência sobre a aplicação dos recursos objeto de repasse**.

Em linhas gerais era o que cabia à SMGC rememorar sobre o tema trazido pela RMG.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 13/03/2026, às 09:22, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 13/03/2026, às 14:10, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **18059532** e o código CRC **FBB45B89**.